



| | |
|----------------------|---|
| PROCESSOS NºS | 185.013-0/2024 (177.614-2/2024, 177.643-6/2024 E 200.815-7/2025 – APENSOS) |
| MUNICÍPIO | PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL |
| CHEFE DE GOVERNO | CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ |
| ADVOGADO | RONY DE ABREU MUNHOZ – OAB/MT 11.972/O |
| ASSUNTO | CONTAS ANUAIS DE GOVERNO – EXERCÍCIO DE 2024 |
| RELATOR | CONSELHEIRO WALDIR JÚLIO TEIS |
| RELATÓRIO | https://www.tce.mt.gov.br/processo/documento/1850130/2024/670233/2025 |
| VOTO | https://www.tce.mt.gov.br/processo/documento/1850130/2024/670326/2025 |
| SESSÃO DE JULGAMENTO | 07/10/2025 – PLENÁRIO PRESENCIAL |

PARECER PRÉVIO Nº 22/2025 – PP

Resumo: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL. CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DO EXERCÍCIO DE 2024. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO. RECOMENDAÇÃO AO PODER LEGISLATIVO.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo nº **185.013-0/2024** e apensos.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO (TCE/MT), considerando a competência delineada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988) e pela Constituição do Estado de Mato Grosso de 1989 (CE-MT/1989), aprecia as Contas Anuais de Governo do Município de União do Sul, referentes ao exercício de 2024, sob a responsabilidade do Senhor Claudiomiro Jacinto de Queiroz, Chefe do Poder Executivo, cuja análise se baseia: a) no exame de documentos de veracidade ideológica apenas presumida, uma vez que, representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial dos atos e fatos registrados até 31/12/2024; b) no resultado das operações de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade aplicados à Administração Pública, nos termos da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar





nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF); e c) nas funções de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas (art. 3º, §1º, I a VII, da Resolução Normativa nº 1/2019 - TCE/MT), destacando-se os seguintes pontos:

1. Orçamento

O orçamento do município foi autorizado pela Lei Municipal n.º 858/2023, que estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais). Posteriormente, a LOA foi alterada pelas Leis n.º 859/2023, 881/2024, 884/2024, 885/2024, 888/2024, 890/2024, 892/2024, 893/2024, 896/2024 e 899/2024. As alterações orçamentárias totalizaram 58,48% do orçamento inicial.

As metas fiscais de resultados nominal e primário foram previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em conformidade com o art. 4º, §1º, da LRF.

As alterações orçamentárias atenderam os limites e condições estabelecidos pela CRFB/1988, pela Lei n.º 4.320/1964 e pela LRF.

2. Receita

As receitas orçamentárias foram arrecadadas na forma dos arts. 11 e 12 da LRF. No exercício de 2024, as receitas orçamentárias efetivamente arrecadadas (líquidas), exceto as intraorçamentárias, totalizaram o valor de **R\$ 57.440.795,04** (cinquenta e sete milhões, quatrocentos e quarenta mil, setecentos e noventa e cinco reais e quatro centavos), conforme demonstrado a seguir:

| Origem | Previsão atualizada R\$ | Valor arrecadado R\$ | % da arrecadação s/ previsão |
|---|-------------------------|----------------------|------------------------------|
| I- Receitas Correntes (exceto intra) | 45.809.742,63 | 53.363.692,21 | 116,49 |
| Receita de impostos, taxas e contribuição de melhoria | 2.530.700,00 | 3.409.807,74 | 134,73 |
| Receita de contribuições | 160.000,00 | 242.355,79 | 151,47 |
| Receita patrimonial | 712.500,00 | 620.794,72 | 87,12 |
| Receita agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de serviços | 5.100,00 | 33.058,57 | 648,20 |
| Transferências correntes | 42.327.442,63 | 48.898.735,49 | 115,52 |
| Outras receitas correntes | 74.000,00 | 158.939,90 | 214,78 |
| II - Receitas de Capital (exceto intra) | 4.849.140,57 | 4.077.102,83 | 84,07 |
| Operações de crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de bens | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |





| | | | |
|---|----------------------|----------------------|----------------|
| Transferência de capital | 4.824.140,57 | 4.077.102,83 | 84,51 |
| Outras receitas de capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| III - Receita Bruta (exceto intra) | 50.658.883,20 | 57.440.795,04 | 113,38 |
| IV – Deduções da Receita | -4.905.205,00 | -6.880.041,02 | 140,26 |
| Deduções para FUNDEB | -4.866.000,00 | -6.846.326,76 | 140,69 |
| Renúncias de receita | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras deduções | -39.205,00 | -33.714,26 | 85,99 |
| V – Receita Líquida (exceto intra) | 45.753.678,20 | 50.560.754,02 | 110,50 |
| VI – Receita Corrente Intraorçamentária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| VII – Receita de Capital Intraorçamentária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total Geral | 45.753.678,20 | 50.560.754,02 | 110,50% |

Destaca-se que, do total das receitas arrecadadas no exercício, **R\$ 48.898.735,49** (quarenta e oito milhões, oitocentos e noventa e oito mil, setecentos e trinta e cinco reais e quarenta e nove centavos) se referem às Transferências Correntes.

A comparação das receitas previstas com as efetivamente arrecadadas, exceto as intraorçamentárias, evidencia excesso de arrecadação no valor de **R\$ 6.781.911,84** (seis milhões, setecentos e oitenta e um mil, novecentos e onze reais e oitenta e quatro centavos), correspondente a 13,38 % do valor previsto.

A receita tributária própria arrecadada somou **R\$ 3.372.249,48** (três milhões, trezentos e setenta e dois mil, duzentos e quarenta e nove reais e quarenta e oito centavos), equivalente a 6,31 % da receita corrente arrecadada, conforme demonstrado abaixo:

| Receita Tributária Própria | Valor Arrecadado R\$ | % Total da Receita Arrecadada |
|---|----------------------|-------------------------------|
| I – Impostos, taxas e contribuições | 3.246.113,31 | 96,26% |
| IPTU | 104.494,42 | 3,09% |
| IRRF | 1.207.009,07 | 35,79% |
| ISSQN | 1.188.649,75 | 35,24% |
| ITBI | 745.960,07 | 22,12% |
| II - Taxas (Principal) | 67.012,45 | 1,98% |
| II - Contribuição de Melhoria (Principal) | 0,00 | 0,00% |
| IV - Multas e Juros de Mora (Principal) | 1.984,95 | 0,05% |
| V - Dívida Ativa | 38.462,38 | 1,14% |
| VI - Multas e Juros de Mora (Dívida Ativa) | 18.676,39 | 0,55% |
| Total | 3.372.249,48 | - |

2.1. Grau de Autonomia Financeira

Quanto à capacidade de o município gerar receitas, sem depender das receitas de transferências, verifica-se autonomia financeira na ordem de 7,77%, o que significa que, a cada R\$ 1,00 (um real) recebido, o município contribuiu apenas com R\$ 0,07





(sete centavos) de receita própria. Consequentemente, o grau de dependência do município em relação às receitas de transferência alcançou 92,22%.

| | | |
|---------------|---|----------------------|
| A | Receita Orçamentária Executada (Exceto Intra) | 57.440.795,04 |
| B | Receita de Transferência Corrente | 48.898.735,49 |
| C | Receita de Transferência de Capital | 4.077.102,83 |
| D = (B+C) | Total Receitas de Transferências | 52.975.838,32 |
| E = (A-D) | Receitas Próprias do Município | 4.464.956,72 |
| F = (E/A)*100 | Percentual de Participação de Receitas Próprias | 7,77% |
| G = (D/A)*100 | Percentual de Dependência de Transferências | 92,22% |

3. Despesas

As despesas previstas atualizadas pelo município, inclusive a intraorçamentária, corresponderam a **R\$ 47.803.721,35** (quarenta e sete milhões, oitocentos e três mil, setecentos e vinte e um reais e trinta e cinco centavos), e as despesas realizadas (empenhadas) totalizaram **R\$ 45.639.887,11** (quarenta e cinco milhões, seiscentos e trinta e nove mil, oitocentos e oitenta e sete reais e onze centavos), conforme demonstrado a seguir:

| Origem | Dotação atualizada R\$ | Valor executado R\$ | % da execução s/ previsão |
|---|---------------------------|------------------------|---------------------------------|
| I - Despesas correntes | 40.069.989,87 | 38.732.914,05 | 96,66 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 18.892.646,86 | 18.575.422,47 | 98,32 |
| Juros e Encargos da Dívida | 100.000,00 | 94.221,44 | 94,22 |
| Outras Despesas Correntes | 21.077.343,01 | 20.063.270,14 | 95,18 |
| II - Despesa de capital | 7.683.731,48 | 6.906.973,06 | 89,89 |
| Investimentos | 7.683.731,48 | 6.906.973,06 | 89,89 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| III - Reserva de contingência | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| IV - Total despesa orçamentária (exceto intra) | 47.803.721,35 | 45.639.887,11 | 95,47 |
| V - Despesas intraorçamentárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| VI - Despesa Corrente Intraorçamentária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| VII - Despesa de Capital Intraorçamentária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| VIII - Total Despesa | 47.803.721,35 | 45.639.887,11 | 95,47 |

Verifica-se, no quadro acima, que o grupo de natureza de despesa com maior participação em 2024, na composição da despesa orçamentária municipal, foi “Outras Despesas Correntes”, no valor de **R\$ 20.063.270,14** (vinte milhões, sessenta e três mil, duzentos e setenta reais e quatorze centavos), equivalente a 43,95% do total da despesa orçamentária (exceto a intraorçamentária).





4. Resultado da Execução Orçamentária

Comparando as receitas arrecadadas (R\$ 50.560.754,02) com as despesas empenhadas (R\$ 45.639.887,11), ajustadas às disposições da Resolução Normativa nº 43/2013 – TCE/MT, verifica-se resultado de execução orçamentária superavitário de **R\$ 6.379.788,41** (seis milhões, trezentos e setenta e nove mil, setecentos e oitenta e oito reais e quarenta e um centavos), conforme demonstrado a seguir:

| Especificação | Resultado |
|---|---------------------|
| Desp. Empenhada decorrentes de Créditos Adicionais Superávit Financeiro - Créditos Adicionais (A) | 1.458.921,50 |
| Desp. Orçamentária Consolidada Ajustada (B) | 45.639.887,11 |
| Receitas Orçamentária Consolidada Ajustada (C) | 50.560.754,02 |
| Exercício 2024= (C+A-B) | 6.379.788,41 |

A relação entre despesas correntes (R\$ 38.720.414,05) e receitas correntes (R\$ 46.483.651,19) não superou 95% no período de 12 (doze) meses, atendendo o art. 167-A da CRFB/1988.

O resultado primário, calculado com base nas receitas e nas despesas não financeiras – demonstrando a capacidade de pagamento do serviço da dívida – foi superavitário em **R\$ 3.673.937,28** (três milhões, seiscentos e setenta e três mil, novecentos e trinta e sete reais e vinte e oito centavos), cumprindo a meta prevista na LDO.

5. Convergência e Procedimentos Patrimoniais

Em exame das disposições constantes na Portaria nº 184/2008, do Ministério da Fazenda, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, com vistas à convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, bem como da padronização estabelecida pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e pelas Portarias nºs 438/2012 e 877/2018 da Secretaria do Tesouro Nacional, verificou-se que:

| Informação |
|--|
| As demonstrações contábeis não apresentaram conformidade com os princípios e normas de contabilidade aplicadas ao setor público. |
| Os saldos apresentaram consistência, conferindo aderência entre os registros contábeis e as demonstrações. |
| O resultado patrimonial apurado foi corretamente apropriado no patrimônio líquido, em conformidade com a estrutura do Balanço Patrimonial e os procedimentos contábeis vigentes. |





O total do resultado financeiro é convergente com o quadro dos ativos e passivos financeiros e quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

O município não evidenciou o estágio de implementação do PIPCP nas demonstrações contábeis de 2024.

Não foi realizada a apropriação mensal das férias e 13º salário.

6. Situação Financeira

A situação financeira revelou um saldo superavitário, evidenciando disponibilidade financeira de R\$ 29,33 (vinte e nove reais e trinta e três centavos) para cada R\$ 1,00 (um real) de obrigações de curto prazo.

7. Restos a Pagar

Para cada R\$ 1,00 (um real) de despesa empenhada, foram inscritos R\$ 0,0042 (quatro décimos de centavo de real) em restos a pagar.

8. Dívida Pública Consolidada

A CRFB/1988, em seu art. 52, inciso VI, estabelece ser competência privativa do Senado Federal, mediante proposta do Presidente da República, a fixação dos limites globais da dívida consolidada dos entes federativos. Nesse contexto, verifica-se que, no exercício de 2024, o Município atendeu aos limites da dívida consolidada líquida definidos pela Resolução N.º 40/2001, bem como que as operações de crédito respeitaram os limites fixados pela Resolução N.º 43/2001, ambas do Senado Federal.

| Norma | Quocientes | Limites previstos | Situação |
|---|--|---|----------|
| Art. 3º, II, da Resolução N.º 40/2001 – do Senado Federal | Quociente do Limite de Endividamento (QLE) o resultado indica que a dívida consolidada líquida ao final do exercício representa 0 % da RCL ajustada. | Não poderá exceder a 1,2 x RCL ajustada | cumprido |
| Art. 7º, I, da Resolução N.º 43/2001 – Senado Federal | Quociente da Dívida Pública Contratada (QDPC) o resultado apurado no exercício de 2024 referente à dívida pública contratada correspondeu a 0 % da RCL ajustada. | Não poderá ser superior a 16% da RCL ajustada | cumprido |
| Art. 7º, II, da Resolução N.º 43/2001 – Senado Federal | Quociente de Dispêndios da Dívida Pública (QDDP) o resultado constatado revela que os dispêndios da dívida efetuados no exercício de 2024 representam a 0,002% da RCL. | Não poderá exceder a 11,5% da RCL ajustada | cumprido |

9. Limites

Acerca do cumprimento dos limites legais e constitucionais verificou-se:

| Objeto | Norma | Limite Previsto | (%) | Situação |
|--------|-------|-----------------|-----|----------|
|--------|-------|-----------------|-----|----------|





| | | | Percentual alcançado | |
|---|-------------------------------------|---|-----------------------------|---------|
| Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | Art. 212 da CRFB/1988 | Mínimo de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências | 27,40 | regular |
| Remuneração do Magistério | Art. 26 da Lei nº 14.113/2020 | Mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB | 104,32 | regular |
| FUNDEB | Art. 28 da Lei nº 14.113/2020 | Cumprimento do percentual mínimo de 50% - Complementação União | não houve repasse | -- |
| | Art. 212-A, XI, da CRFB/1988 | Cumprimento do percentual mínimo de 15% estabelecido - Complementação União | não houve repasse | -- |
| | Art. 25, §3º, da Lei nº 14.113/2020 | FUNDEB – percentual aplicado no exercício (aplicação mínima é de 90%) | 100 | regular |
| | | Valor FUNDEB não aplicado no 1º quadrimestre do exercício seguinte | 0 | regular |
| Ações e Serviços de Saúde | Art. 77, III, do ADCT | Mínimo de 15% da receita de impostos referente ao art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, I, “b” e § 3º, da CRFB/1988 | 21,20 | regular |
| Despesa Total com Pessoal do Município | Art. 19, III, da LRF | Máximo de 60% sobre a RCL | 42,24 | regular |
| Despesa com Pessoal do Poder Executivo | Art. 20, III, “b”, da LRF | Máximo de 54% sobre a RCL | 40,65 | regular |
| Despesa com Pessoal do Legislativo | Art. 20, III, “a”, da LRF | Máximo de 6% sobre a RCL | 1,59 | regular |
| Repasse ao Poder Legislativo | Art. 29-A da CRFB/1988 | Máximo de 7% sobre a Receita Base | 5,31 | regular |
| Despesas Correntes/Receitas Correntes | Art. 167-A da CRFB/1988 | Máximo de 95% da relação entre as despesas correntes e receitas correntes | 83,32 | regular |
| Regra de Ouro | Art. 167, III, da CRFB/1988 | Máximo de 100% da relação entre as despesas de capital e as operações de crédito | 0,00 | regular |

10. Previdência





Considerando que o município não possui Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, todos os servidores públicos municipais encontram-se vinculados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

11. Cumprimento das Decisões do TCE/MT

11.1. Nível de Transparência

A transparência pública é elemento essencial para aferir a responsabilidade legal e social, além de constituir indicador de boa e regular governança. Nesse sentido, o Programa Nacional de Transparência Pública – PNTP instituiu metodologia nacionalmente padronizada para uniformizar, orientar, estimular e fiscalizar a transparência nos Poderes e órgãos públicos. No exercício de 2024, a avaliação acerca da transparência da Prefeitura Municipal obteve o seguinte resultado:

| Unidade gestora | Percentual de transparência | Nível de transparência |
|--------------------------------------|------------------------------------|-------------------------------|
| Prefeitura Municipal de União do Sul | 87,64% | ouro |

11.2. Prevenção à violência no âmbito escolar

Na avaliação das ações previstas na Decisão Normativa nº 10/2024 – TCE, em consonância com a Nota Recomendatória nº 1/2024 da COPESP, voltadas à prevenção da violência contra as mulheres, o Município de União do Sul apresentou o seguinte resultado:

| Base normativa | Ação | Situação |
|--------------------------------------|--|-----------------|
| Lei N.º 14.164/2021 | Alocar recursos na Lei Orçamentária Anual para execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher | não cumprida |
| Lei N.º 14.164/2021 | Adotar ações adotadas para cumprimento da Lei N.º 14.164/2021 | não cumprida |
| Art. 26, § 9º, da Lei N.º 9.394/1996 | Incluir nos currículos da educação infantil e do ensino fundamental conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher | não cumprida |
| Art. 2º da Lei N.º 14.164/2021 | Realizar a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher | cumprida |

11.3. Agentes Comunitários de Saúde – ACS e Agentes de Combate às Endemias – ACE

Em conformidade com as soluções técnico-jurídicas firmadas na Mesa Técnica nº 4/2023 e homologadas por meio da Decisão Normativa nº 7/2023 - TCE, que





uniformizaram o entendimento sobre o vínculo e a remuneração dos ACS e dos ACE em âmbito municipal, verificou-se:

| Base normativa | Ação | Situação |
|---|--|----------|
| Art. 4º da DN nº 07/2023 | Comprovação de que o salário inicial percebido pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e pelos Agentes de Combate às Endemias (ACE) se encontra no patamar correspondente ao montante de, no mínimo, 02 (dois) salários-mínimos, conforme estabelece a Emenda Constitucional nº 120/2022 | atendida |
| Art. 4º, parágrafo único, da Decisão Normativa nº 07/2023 | Comprovação de pagamento de adicional de insalubridade aos ACS e ACE de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) ou 10% (dez por cento) do vencimento ou salário-base, segundo se classifiquem as atividades dos agentes nos graus máximo, médio e mínimo, respectivamente. | atendida |
| Art. 7º da Decisão Normativa nº 07/2023 | Comprovação de concessão de RGA para a categoria de forma igualitária com as demais carreiras | atendida |
| Art. 4º da DN nº 07/2023 | Comprovação de que o salário inicial percebido pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e pelos Agentes de Combate às Endemias (ACE) se encontra no patamar correspondente ao montante de, no mínimo, 02 (dois) salários-mínimos, conforme estabelece a Emenda Constitucional nº 120/2022 | atendida |

11.4. Ouvidoria

Nos termos da Lei nº 13.460/2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos da administração pública, e com finalidade de avaliar a existência e o funcionamento das Ouvidorias nos municípios mato-grossenses, verificou-se que, no Município de União do Sul:

| Base Normativa | Ação |
|---|---|
| Lei N.º 13.460/2017 e Nota Técnica nº 02/2021 | Há ato formal de criação da Ouvidoria no âmbito da entidade pública. |
| Lei N.º 13.460/2017 e Nota Técnica nº 02/2021 | Há ato administrativo que designa oficialmente o responsável pela Ouvidoria. |
| Arts. 13 a 17 da Lei nº 13.460/2017 | Há regulamentação específica que estabelece as regras, competências e funcionamento da Ouvidoria. |
| Art. 7º da Lei nº 13.460/2017 | A entidade pública disponibiliza uma Carta de Serviços ao Usuário. |

12. Políticas Públicas

No exercício de sua função de controle externo, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso ampliou sua atuação para além da análise contábil e financeira, incorporando às Contas Anuais de Governo o monitoramento de indicadores estratégicos





nas áreas de educação, saúde e meio ambiente. Essa iniciativa tem por finalidade qualificar a avaliação da gestão municipal, subsidiar a tomada de decisão com base em evidências e orientar o aperfeiçoamento das políticas públicas.

Nesse contexto, destacam-se alguns indicadores:

12.1. Educação

12.1.1. Alunos matriculados

Em 2024, conforme dados do Censo Escolar, a rede pública municipal de União do Sul contava com 733 alunos matriculados, distribuídos conforme demonstrado no quadro a seguir:

| Ensino Regular | | | | | | | | |
|--|-------------------|-----|------------|-----|--------------------|------|-------------|-----|
| | Educação Infantil | | | | Ensino Fundamental | | | |
| | Creche | | Pré-escola | | Anos iniciais | | Anos finais | |
| Urbana | 152.0 | 0.0 | 132.0 | 0.0 | 297.0 | 41.0 | 59.0 | 0.0 |
| Rural | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 |
| Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos) | | | | | | | | |
| | Educação Infantil | | | | Ensino Fundamental | | | |
| | Creche | | Pré-escola | | Anos iniciais | | Anos finais | |
| Urbana | 14.0 | 0.0 | 12.0 | 0.0 | 21.0 | 3.0 | 2.0 | 0.0 |
| Rural | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 |

12.1.2. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb

No último Ideb, referente ao ano de 2023 e divulgado em 2024, o município obteve o seguinte índice:

| | Nota Município | Meta Nacional | Nota - Média MT | Nota - Média Brasil |
|----------------------|----------------|---------------|-----------------|---------------------|
| Ideb – anos iniciais | 6,7 | 6,0 | 6,02 | 5,23 |
| Ideb - anos finais | 0,0 | 5,5 | 4,8 | 4,6 |

Com base nesse panorama, verifica-se que o desempenho do município está acima da meta do Plano Nacional de Educação – PNE, e da média nacional e estadual.

12.1.3. Fila em creches e pré-escola em MT

Com o objetivo de verificar a observância ao art. 227 c/c o art. 208 da CRFB/1988 e a Lei Federal N.º 13.257/2016, o TCE/MT, em conjunto com o Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação em Mato Grosso - GAEPE/MT, realizou diagnóstico sobre a realidade dos municípios mato-grossenses quanto à existência de filas por vagas em creche e pré-escolas.





Conforme os dados declarados pelo gestor municipal, o Município de União do Sul não integra o rol dos municípios com maiores filas de espera, pois os resultados revelam a inexistência, no ano de 2024, de crianças sem acesso e atendimento à educação na primeira infância.

13. Saúde

Os indicadores da área da saúde constituem informações essenciais para a avaliação da gestão municipal. Com base nessa premissa, o TCE/MT adota, em suas análises, classificações amplamente reconhecidas e respaldadas por diretrizes técnicas nacionais e internacionais, com o propósito de aprimorar a gestão pública e fortalecer o controle social. À vista disso, destacam-se os seguintes indicadores:

| Indicador | Forma de aferição | | Classificação |
|---|---|-------------|---------------|
| Taxa de Mortalidade Infantil – TMI | Calculada com base no número de óbitos de crianças menores de um ano, por mil nascidos vivos, considerando parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública | | média |
| Cobertura da Atenção Básica – CAB | Calculada a partir do número de equipes de Saúde da Família (eSF) e de Atenção Primária (eAP) ativas e parametrizadas, em relação à população estimada pelo IBGE. | | boa |
| Cobertura Vacinal – CV | A avaliação considera que, para a maioria das vacinas, a meta de cobertura situa-se entre 90% e 95%. | | boa |
| Prevalência de Arboviroses | Calculada a partir da proporção de casos confirmados de Dengue, Chikungunya e Zika em relação ao total da população, multiplicado por 100 mil habitantes. | Dengue | ruim |
| | | Chikungunya | boa |
| Hanseníase | Taxa de Detecção de Hanseníase (2023) | | ruim |
| | Taxa de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 anos | | boa |
| | Percentual de Casos de Hanseníase com Grau 2 de Incapacidade | | boa |
| Taxa de Mortalidade por Homicídio - TMH | Proporção de óbitos causados por agressões (causa básica CID-10 X85-Y09) a cada 100 mil habitantes. (2021) | | ruim |
| Taxa de Mortalidade por Acidente de Trânsito - TMAT | Proporção de óbitos causados por acidentes de transporte (causa básica CID-10 V01-V99) a cada 100 mil habitantes. | | ruim |

14. Meio Ambiente

Considerando as disposições do art. 23, VI e VII, da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 140/2011 e da Lei nº 12.651/2012 – Código Florestal, os municípios exercem papel relevante na fiscalização, implementação de políticas ambientais e de incentivo a práticas sustentáveis voltadas à conservação de seus biomas. Sob essa ótica, a





gestão ambiental eficiente é essencial para o desenvolvimento sustentável dos municípios e para a garantia de qualidade de vida da população.

Ademais, o monitoramento de indicadores ambientais permite aferir a efetividade das políticas públicas, orientar a tomada de decisão e identificar áreas que demandam melhorias, assegurando o cumprimento da legislação e a preservação dos recursos naturais. Dessa forma, o Município de União do Sul apresenta os seguintes dados:

| Desmatamento | Resultado |
|--|--|
| O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE disponibiliza, periodicamente, indicadores de desmatamento por meio dos sistemas PRODES e DETER, ferramentas essenciais para o combate ao desmatamento ilegal e para o planejamento territorial sustentável nos municípios (art. 23, incisos VI e VII, da Constituição Federal; art. 9º, da Lei Complementar nº 140/2011; e Lei nº 12.651/2012 – Código Florestal). | De acordo com o Ranking Estadual, o Município ocupou a 4ª posição, com 59,52 km² de área desmatada. |
| Focos de Queima | Resultado |
| O indicador de Foco de Queima, divulgado pelo INPE, apresentado no Radar de Controle Público do Meio Ambiente, auxilia na identificação e monitoramento de incêndios florestais, sendo uma ferramenta importante para ações preventivas e de combate. O sistema de detecção de focos de calor baseia-se na análise de imagens de satélite que captam emissões térmicas, permitindo que órgãos ambientais e de defesa civil ajam rapidamente para conter os incêndios. Esse indicador é, especialmente, relevante para a gestão municipal, pois possibilita a implementação de medidas de mitigação, como campanhas educativas, criação de brigadas municipais de incêndio e a formulação de planos de resposta rápida. | De acordo com o Radar de Controle Público – Meio Ambiente do TCE/MT, o Município registrou 18.560 focos de queima. |

15. Regras Fiscais de Final de Mandato

A LRF estabelece diretrizes para assegurar o equilíbrio das contas públicas, impondo regras específicas ao último ano de mandato do Chefe do Poder Executivo. Essas disposições têm por finalidade coibir a assunção de novos compromissos financeiros que possam comprometer a gestão fiscal e transferir encargos indevidos ao exercício seguinte. Considerando esse fundamento, constatou-se que:

| Base Normativa | Ação |
|--|---|
| Resolução Normativa N.º 19/2016 - TCE | Foi constituída Comissão de Transição de Mandato. |
| Parágrafo único do art. 42 da LRF | Não foram contraídas despesas, nos últimos 8 (oito) meses do mandato, que não possam ser integralmente quitadas no exercício ou que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem a devida disponibilidade de caixa. |
| Art. 15, <i>caput</i> , da Resolução N.º 43/2001 do Senado Federal | Não foi realizada a contratação de operações de crédito nos 120 (cento e vinte) dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo, salvo nas hipóteses de refinanciamento da dívida mobiliária ou operações previamente autorizadas pelo Senado Federal ou pelo Ministério da |





| | |
|---|---|
| | Fazenda. |
| Art. 38, IV, "b", da LRF e art. 15, § 2º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal | Não foram verificadas operações de crédito por antecipação de receita orçamentária – ARO, no último ano de mandato do Chefe do Poder Executivo, em que receitas futuras são oferecidas em garantia. |
| Art. 21, II, da LRF | Não foi constatado ato que implique aumento de despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo. |

16. Manifestação Técnica e Ministerial

A 2ª Secretaria de Controle Externo, em Relatório Técnico Preliminar, apontou 9 (nove) achados, caracterizados em 9 (nove) irregularidades (1.1 CB03; 2.1 CB04; 3.1 CB05; 4.1 CB08; 5.1 CC09; 6.1 MB04; 7.1 NB06; 8.1 OC19 e 9.1 OC20). Dentre as irregularidades, 6 (seis) são graves e 3 (três) são moderadas. Após a análise da defesa, permaneceram apenas as irregularidades (1.1 CB03; 5.1 CC09; 6.1 MB04; 8.1 OC19).

O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer N.º 2.976/2025, da lavra do Procurador-geral de Contas Alisson Carvalho de Alencar opinou pela emissão de Parecer Prévio Favorável à aprovação, com ressalvas, das contas em apreço, bem como pela manutenção das irregularidades (1.1 CB03; 5.1 CC09; 6.1 MB04; 8.1 OC19) e pela expedição de recomendações legais.

Intimado para apresentar alegações finais, o Gestor se manifestou nos autos. Na sequência, o Parecer Ministerial n.º 3.150/2025 ratificou o parecer anterior.

17. Análise do Relator

Após análise minuciosa dos autos, o Relator, Conselheiro Waldir Júlio Teis, concluiu pela emissão de Parecer Prévio Favorável à aprovação destas Contas de Governo.

Ao final, destacou que o município apresentou uma execução orçamentária superavitária, comparando a receita total arrecadada com a despesa executada, e encerrou o exercício com a disponibilidade financeira bruta no total de **R\$ 8.102.694,62** (oito milhões, cento e dois mil, seiscentos e noventa e quatro reais e sessenta e dois centavos), apresentando um **quadro fiscal positivo**.

Apreciação Plenária

Diante dos aspectos constantes nos autos, o **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO**, com fundamento na competência que lhe é atribuída pelos





arts. 31, §§ 1º e 2º; 71; e 75 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988); arts. 47 e 210 da Constituição do Estado de Mato Grosso de 1989 (CE-MT/1989); art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF); c/c o art. 1º, I, da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – LOTCE/MT); arts. 1º, I; 172; e 174 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – RITCE/MT (Resolução Normativa nº 16/2021); e arts. 5º e 75, I, da Lei Complementar nº 752/2022 (Código de Controle Externo do Estado de Mato Grosso), nos termos do voto do Relator e de acordo com o Parecer nº 2.976/2025, ratificado pelo Parecer nº 3.150/2025 do Ministério Público de Contas, por unanimidade, emite **Parecer Prévio Favorável à aprovação das Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de União do Sul, exercício de 2024, sob a responsabilidade do Senhor Claudiomiro Jacinto de Queiroz, Chefe do Poder Executivo, recomendando** ao respectivo Poder Legislativo que:

I) determine ao Chefe do Poder Executivo que:

a) observe os prazos de envio das cargas no Sistema Aplic, especialmente as relativas às contas anuais de governo, a fim de que o atraso nos envios não prejudique a análise processual e o exercício do controle externo, em atendimento ao art. 70, parágrafo único, da CRFB/1988; aos arts. 207, 208 e 209 da CE/1989, ao parágrafo único do art. 29 da Lei Orgânica do TCE/MT, bem como ao art. 170 do RI-TCE/MT e à Resolução Normativa TCE nº 36/2012 (irregularidade **MB04 – 6.1**);

b) providencie a inclusão de conteúdos sobre a prevenção da violência contra a criança, o adolescente e a mulher no currículo escolar, em atendimento ao que determina a atual redação do § 9º do art. 26 da Lei n.º 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) (irregularidade **OC19 – 8.1**);

II) recomende ao Chefe do Poder Executivo que:

a) instrua a Contadoria Municipal para que:

a.1) cumpra a Portaria STN 548/2015, de modo que as notas explicativas das Demonstrações Consolidadas do exercício de 2025 sejam integradas por informações acerca do Plano de Implementação dos Procedimentos





Contábeis Patrimoniais - PIPCP, visando subsidiar análises futuras nas Contas de Governo (relatório técnico preliminar - item 5.2);

a.2) realize a apropriação por competência das férias, do abono constitucional de 1/3 de férias e da gratificação natalina, de acordo com as orientações MCASP da STN e dos Itens 7 e 69 da NBC TSP 11; (relatório técnico preliminar – item 5.2.1);

b) implemente, de forma imediata, um sistema estruturado de coleta, organização e divulgação periódica dos dados estatísticos referentes às ações, produtos e serviços de sua responsabilidade, garantindo que esses indicadores sejam consolidados e disponibilizados de maneira padronizada para subsidiar o planejamento e a avaliação das políticas públicas no âmbito municipal e estadual (item 3.1.10 do voto do relator);

c) adote medidas para garantir o atendimento de 100% dos requisitos de transparência, em observância aos preceitos constitucionais e legais (relatório técnico preliminar - item 12.1);

d) em conjunto com a equipe da Secretaria Municipal de Educação e a comunidade escolar, **dê continuidade** às ações tomadas para a manutenção da tendência de melhoria do IDEB dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e **empreenda esforços** para que a nota dos anos finais alcance a meta nacional estipulada pelo Plano Nacional da Educação (5,5) (relatório técnico preliminar – item 8.1.2);

e) em conjunto com a equipe da Secretaria Municipal de Saúde, **providencie o envio de informações completas e corretas ao sistema do DATASUS**, bem como **revise as estratégias de atenção primária, de prevenção e de organização dos serviços**, de modo a ampliar o impacto das ações da saúde pública, com ênfase nos indicadores referentes à mortalidade infantil, mortalidade por acidentes de trânsito, número de médicos por habitantes e prevalência de arboviroses, principalmente da dengue, cuja proporção de casos confirmados no município indica situação epidêmica (relatório técnico preliminar – item 8.3.5);





f) aprimore as políticas ambientais de prevenção, fiscalização e combate ao desmatamento e às queimadas, adotando medidas eficazes de ordenamento territorial e de mitigação dos riscos ambientais (relatório técnico preliminar – itens 8.2.1 e 8.2.2);

g) reduza o limite de autorização para alteração da LOA inicial nas peças de planejamento dos próximos exercícios, o que consequentemente concede flexibilidade deliberada na gestão orçamentária e possibilita mudanças constantes de rumo na implementação de políticas públicas (item 3.2 do voto do relator); e

h) proceda ao estorno de restos a pagar não processados de exercícios anteriores, em atendimento ao que dispõe a Resolução Normativa nº 43/2013-TP (item 3.3.5 do voto do relator).

Por fim, **determina-se** o encaminhamento de cópia dos autos à Câmara Municipal, para cumprimento do disposto no § 2º do art. 31 da CRFB/1988; dos incisos II e III, do art. 210 da CE-MT/1989 e do art. 175 do RITCE/MT.

Participaram da votação os Conselheiros **SÉRGIO RICARDO** – Presidente, **ANTONIO JOAQUIM** (videoconferência), **JOSÉ CARLOS NOVELLI**, **VALTER ALBANO**, **CAMPOS NETO** e **GUILHERME ANTONIO MALUF**.

Presente, representando o Ministério Público de Contas, o Procurador-geral **ALISSON CARVALHO DE ALENCAR**.

Publique-se.

Sala das Sessões, 07 de outubro de 2025.

(assinaturas digitais disponíveis no endereço eletrônico: www.tce.mt.gov.br)

CONSELHEIRO SÉRGIO RICARDO
Presidente

CONSELHEIRO WALDIR JÚLIO TEIS
Relator





Tribunal de Contas
Mato Grosso

SECRETARIA-GERAL DE PROCESSOS E JULGAMENTOS

Telefone(s): 3613-2945 / 3324-4348 / 3324-4349

e-mail: segeproju@tce.mt.gov.br

ALISSON CARVALHO DE ALENCAR

Procurador-geral de Contas

